

## **DOCUMENTO METODOLÓGICO**

**Operação Estatística – Estatísticas do pessoal ao serviço nos Tribunais**

**Código: 471**

**Versão: 1.0**

Abril de 2010

## INTRODUÇÃO

A operação estatística Pessoal ao serviço nos Tribunais tem como principais objectivos a recolha, tratamento, análise e difusão da informação sobre o pessoal ao serviço nos Tribunais (Modelo 247).

Esta operação estatística iniciou-se em 1983, altura em que o Gabinete de Estudos e Planeamento, actual Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) foi constituído órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística (INE) para as estatísticas da Justiça, assumindo a responsabilidade de proceder à recolha, tratamento, análise e difusão de dados respeitantes, neste caso concreto, à informação sobre o pessoal ao serviço nos Tribunais.

Em 2007 os métodos de recolha desta operação estatística foram reformulados a fim de acompanhar o processo de desmaterialização da informação da área da justiça, passando a ser reportada, a partir do ano de referência de 2008 por via de formulário Web, disponível no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ) da DGPJ.

## **I - CARACTERIZAÇÃO GERAL**

### **1. Código/Versão/Data**

471 / 1.0

### **2. Código SIGINE**

Não aplicável

### **3. Designação**

Estatísticas do pessoal ao serviço nos Tribunais.

### **4. Actividade Estatística**

40 – Justiça

401 – Estatísticas Jurisdicionais

357 – Estatísticas do pessoal ao serviço nos Tribunais.

### **5. Objectivos**

Com esta operação estatística visa-se recolher informação sobre pessoal ao serviço nos Tribunais nomeadamente sobre:

- O número de Magistrados Judiciais e do Ministério Público, existentes em 31 de Dezembro, segundo o sexo, por tribunal;
- O número de Funcionários de Justiça e outros, existentes em 31 de Dezembro, segundo o sexo, por tribunal.

### **6. Descrição**

A operação estatística-pessoal ao serviço nos tribunais caracteriza-se do seguinte modo: é um inquérito exaustivo/recenseamento; com periodicidade anual; de âmbito geográfico nacional; utilizando fontes de informação directa; com recolha através de questionários-electrónicos/Web; tendo como unidade estatística os Tribunais.

## **7. Entidade Responsável**

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Telf: 217924000; Fax: 217924080; E-mail: [correio@dgpj.mj.pt](mailto:correio@dgpj.mj.pt)

## **8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades**

A DGPJ é o Órgão do Sistema Estatístico Nacional, com delegação de competências para a área das estatísticas da Justiça, com a responsabilidade da recolha, tratamento, análise e difusão da informação relativa aos Tribunais. O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da presente operação estatística).

## **9. Financiamento**

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das Notações do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I.P.).

## **10. Enquadramento Legal**

Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro - Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (aplicável às demais comarcas que não piloto);

Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de Maio – Regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (aplicável às demais comarcas que não piloto);

Decreto-Lei n.º 250/2007, de 29 de Junho – Introduz medidas urgentes de reorganização dos tribunais;

Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto - Aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (aplicável às comarcas piloto);

Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de Janeiro - Procede à regulamentação, com carácter experimental e provisório, da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto (Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais - LOFTJ);

Lei n.º 34/2009, de 4 de Julho - Estabelece o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial.

## **11. Obrigatoriedade de resposta**

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

## **12. Tipo de Operação Estatística**

Recenseamento.

## **13. Tipo de Fonte(s) de Informação**

Directa.

## **14. Periodicidade de realização da operação**

Anual.

## **15. Âmbito Geográfico**

País: Portugal (Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira);

## **16. Utilizadores da Informação**

### **Internos (ao SEN):**

- Direcção-Geral da Política de Justiça
- Instituto Nacional de Estatística

### **Nacionais:**

- Administração Pública Central – Ministério da Justiça
- Instituições ou Associações Sem Fim Lucrativo - Observatório Permanente da Justiça
- Pessoas singulares - Utilizadores Individuais

Todos os utilizadores indicados fazem uso da totalidade/parte da informação.

## **17. Data de início/Fim**

1983 – Início da recolha de dados sobre pessoal ao serviço nos Tribunais (modelo 247), através de inquéritos em suporte papel;

2008 - Início da aplicação do Modelo 247, através de recolha por formulário Web.

## 18. Produtos

**Padrão de Qualidade/ Prazo de disponibilidade ideal da informação:** 120 dias após a data de referência;

**Designação:** Estatísticas do pessoal ao serviço nos Tribunais.

**Tipo de Produto:** Quadros pré-definidos.

**Periodicidade de disponibilização:** Anual.

**Nível Geográfico (mais desagregado):** Tribunal.

**Tipo de disponibilização:** Não sujeito a tarificação.

**Utilizadores:** Todos os referidos no ponto 16.

## II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

### 19. População

O universo coincide com o universo de referência sendo constituído pelos Tribunais existentes em território nacional.

### 20. Base de Amostragem

Ficheiro que contém a lista de todos os Tribunais existentes em território nacional.

### 21. Unidade(s) Amostrais

Tribunais.

### 22. Unidade(s) de Observação

Tribunais.

### 23. Desenho da Amostra

Não aplicável

### 24. Desenho do Questionário

A informação desta operação estatística começou por ser reportada em suporte papel. Desde 2008 a recolha processa-se por via electrónica através de formulário Web. Neste sentido foram consultados os intervenientes no processo de recolha e aplicada a mesma metodologia com vista a integração dos

dados provenientes dos diferentes formatos (papel e Web). Desenvolveu-se o questionário, e realizaram-se testes, pela DGPJ e também por parte das entidades informadoras, em ambiente de qualidade, estando reunidas as condições para funcionar em ambiente de produção do SIEJ. É desconhecido o tempo médio de preenchimento do questionário pela entidade notadora.

## **25. Recolha de Dados**

**Período de Referência dos Dados:** Ano  $n$ ;

**Período de Recolha**( Transmissão de dados): Ano  $n+1$ ;

**Data de Expedição:** Não aplicável;

**Contacto Inicial:** Não aplicável;

**Método de Recolha:** Até 2007 questionário em papel; a partir de 2008 questionário electrónico/Web;;

**Insistências/Tratamento de Recusas:** as insistências junto das entidades informadoras ocorrem principalmente através do correio electrónico inerente ao SIEJ, se por ventura, a omissão da informação persistir, envia-se uma nota de aviso ao responsável pela secção do tribunal em questão, e em última instância envia-se uma nota de aviso ao responsável pelo tribunal com conhecimento desta missiva ao respectivo responsável pela secção;

**Critério utilizado para fecho do inquérito:** Obtenção de 100% das respostas.

**Possibilidade ou não de inquiridos Proxy:** Não aplicável;

**Utilização de incentivos:** Não aplicável;

**Disponibilização de apoio aos respondentes:** O próprio formulário Web possui, em cada ecrã, uma hiperligação para a “Ajuda”, com indicações precisas para o seu preenchimento); por telefone; por correio electrónico disponível na aplicação do SIEJ; e por e-mail da DGPJ.

**Formação aos entrevistadores:** Não aplicável

**Captura dos dados**

**Entrada de Dados:** Recolha electrónica

**Codificação:** Automática

**Software Utilizado:**

Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

SQL Server e Visual Studio.

## **26. Tratamento dos dados**

A validação da coerência é feita através da comparação entre o mapa recebido e o do ano anterior (modelo 247).

Para obter informação precisa foram introduzidas mensagens de erro ou de confirmação nos formulários electrónicos (Web), a fim de, antes de cada modelo ser enviado, alertar o utilizador para o não cumprimento das validações existentes no sistema. Só quando as validações se observam o modelo poderá ser enviado com sucesso;

Validação electrónica dos dados no momento do preenchimento do formulário Web pelas entidades notadoras.

## **27. Tratamento de não respostas**

Não se aplica tratamento de não-respostas, porque o objectivo é a obtenção de uma taxa de resposta de 100%. Uma vez que a funcionalidade do SIEJ – “Modelos em Falta” permite listar os modelos que estão nessa situação. Se a ausência persistir, efectuem-se insistências junto das entidades informadoras, ora por contactos telefónicos, ora pelo correio electrónico inerente ao SIEJ, ou por notas de aviso endereçadas ao responsável pela secção do tribunal ou ao responsável pelo tribunal.

## **28. Estimação e obtenção de resultados**

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística. Os dados são obtidos por agregação dos valores efectivos e sujeitos a uma análise descritiva.

Os resultados são tratados através de um sistema de datawarehouse e divulgados através da produção de relatórios de exploração estatística desenvolvidos com software SAS.

### **Software Utilizado:**

Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

SQL Server e SAS.

## **29. Séries Temporais**

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade;



### 30. Confidencialidade dos dados

A informação recolhida por via da presente operação estatística é concretizada nos termos e nos limites da Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio. Os dados só podem ser divulgados caso se refiram a três ou mais variáveis, não permitindo qualquer identificação directa ou indirecta dos intervenientes.

### 31. Avaliação da Qualidade Estatística

**Precisão:** Não aplicável.

**Coerência e comparabilidade:** A avaliação deste parâmetro é assegurada através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na comparação de dados anuais, provisórios e definitivos.

### 32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Não aplicável;

## III – CONCEITOS

**401 – Instância** (Tribunal que, colocado numa relação de hierarquia, julga a acção. Sucessão dos actos processuais que compõem um processo judicial);

**411 – Ministério Público** (Órgão do Estado, integrado nos tribunais e dotado de autonomia e estatuto próprio, encarregado de representar o Estado e outras pessoas a quem este deva protecção, exercer a acção penal e defender legalidade democrática e os interesses que a lei determinar. Vinculado, na sua actividade, a critérios de objectividade e legalidade, tem por órgão superior a Procuradoria-Geral da República e por agentes o procurador-geral da República, o vice-procurador-geral da República, procuradores-gerais adjuntos, procuradores da República e delegados do procurador da República e constitui uma magistratura paralela à magistratura judicial);

**485 – Tribunal** (Órgão de soberania investido na função de assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, de reprimir a violação da legalidade e de dirimir os conflitos de interesses públicos e privados);

**3319 – Comarca** (Circunscrição básica da divisão judiciária em Portugal. É sede de um tribunal dotado de pelo menos de um juiz, um agente do Ministério Público e uma secretaria judicial. As comarcas podem ser de 1ª, 2ª e 3ª classes);

**3756 – Magistratura do Ministério Público (Organização Judiciária)** Organização hierárquica de magistrados encarregados, em especial, de representar junto dos tribunais o Estado, os incapazes, os

ausentes e os incertos, de defender a legalidade democrática, de promover a acção penal, oficiosamente ou mediante denuncia, de intervir em todas as acções defendendo os interesses que a lei exigir. É constituída pelo Procurador-Geral da República, Vice-Procurador Geral da República, Procuradores-Gerais-Adjuntos, Procuradores da República e Procuradores-Adjuntos;

**3757 – Magistratura Judicial (Organização Judiciária)** A magistratura judicial constituída por Juizes do Supremo Tribunal de Justiça, Juizes das Relações e Juizes de Direito, tendo como função administrar a justiça de acordo com a Constituição e a lei e fazer executar as suas decisões;

**4534 – Assessor de Justiça** Licenciado em Direito, aprovado no curso de formação para assessores, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, o qual coadjuva os Magistrados Judiciais e os Magistrados do Ministério Público, nos tribunais judiciais de 1ª instância e superiores.

#### IV – CLASSIFICAÇÕES

- Tabela dos tribunais judiciais
- Tabela da jurisdição

#### V – VARIÁVEIS

##### **33. Variáveis de Observação**

- Pessoal ao serviço nos Tribunais em 31 de Dezembro;
- Número de Magistrados Judiciais e do Ministério Público, existentes em 31 de Dezembro, segundo o sexo, por tribunal;
- Número de Funcionários de Justiça, existentes em 31 de Dezembro, segundo o sexo, por tribunal;
- Número de Assessores e outros funcionários, existentes em 31 de Dezembro, segundo o sexo, por tribunal;

##### **34. Variáveis Derivadas**

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação;

### **35. Informação a disponibilizar**

Com esta operação estatística visa-se disponibilizar informação sobre:

- Pessoal ao serviço nos Tribunais em 31 de Dezembro, de acordo com os parâmetros definidos no ponto 33.

## VI – SUPORTES DE RECOLHA

### **36. Questionários**

Até 2007 questionários em papel; a partir de 2008 formulários web da operação estatística pessoal ao serviço nos Tribunais.

### **37. Ficheiros**

Não aplicável.

## VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

DSEJI – Divisão de Serviços da Estatística da Justiça e Informática

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

GPEMJ - Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

INE - Instituto Nacional de Estatística, IP

LOFTJ – Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais

SEN - Sistema Estatístico Nacional

SIEJ - Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

SQL – Structure Query Language

SAS – Statistics Analysis System

## VIII – BIBLIOGRAFIA

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral da Política da Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt>